

Libertações de Sarney

A eventual aprovação de um mandato de quatro anos para o atual Presidente pode desfazer alguns projetos pessoais de Sarney, mas não lhe retira uma dimensão histórica: a história recente da República não registra outro caso de um presidente que recebeu tantas oportunidades para libertar-se de compromissos políticos, das quais a permanência do presidencialismo não passa de apenas mais uma peça da coleção:

Chegou à Presidência, há três anos, como prisioneiro de circunstâncias dramáticas e imprevisíveis, a começar pelo mandato que não era seu, mas de Tancredo Neves. O governo também não era seu, mas obra da engenharia pessoal de Tancredo, que refletia compromissos assumidos para a transição democrática — entre eles, a própria presença de Sarney na vice-presidência.

Nem o partido era seu. Egresso da velha ordem institucional, Sarney constrangia-se entre as paredes do PMDB de Ulysses Guimarães. Como partido, o PMDB considerou-se governo quando julgou conveniente, e passou à oposição quando achou mais interessante — e o vulto de Ulysses pairava como bruxo ou sacerdote nos planos de Sarney.

Nessas circunstâncias, a morte de Tancredo, 37 dias depois da posse, surgiu como a primeira libertação de Sarney, livre para governar com seus compromissos e idéias pessoais. E veio a segunda libertação quatro meses depois, com a dispensa de Francisco Dornelles do Ministério da Fazenda.

Sobrinho de Tancredo, recusava-se Dornelles a assumir a realidade de Sarney e insistia em permanecer no passado do tio.

Mas nem a demissão do poderoso ministro levava Sarney a libertar-se de todas as amarras. Surgiu, então, dois meses e meio depois, a eleição de prefeitos das capitais como uma oportunidade para o Presidente deixar de ser prisioneiro do PMDB. Apoiou Jânio Quadros em São Paulo e derrotou o senador Fernando Henrique Cardoso e seu PMDB.

Mesmo assim, os fantasmas de Tancredo e do partido não se desgarravam de Sarney. Reagiu o Presidente três meses depois da eleição de prefeitos. Promoveu em 14 de fevereiro de 86 a reforma ministerial para espantar os fantasmas e governar com seus homens e suas idéias.

Duas semanas mais tarde, colocou nas ruas o Cruzado, gesto arrojado e pessoal, mas que o manteve prisioneiro do plano. A maldição do Cruzado foi a tentação que Sarney sentiu em perpetuá-lo na sua rigidez, ao mesmo tempo em que tornava-se mítico o poder do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Sarney demitiu Funaro e libertou-se mais uma vez, em abril de 87.

As amarras, porém, iam e voltavam. No vaivém, o esvaziamento da Aliança Democrática, a partir da metade do segundo semestre do ano passado, ofereceu uma nova peça para a coleção de libertações de Sarney, enriquecida na última semana pelo presidencialismo. Só falta a coleção ainda não estar completa.